



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KELLEN CRISTINY ARAUJO MENEZES

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PARAÍSO
DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

KELLEN CRISTINY ARAUJO MENEZES

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PARAÍSO DO
TOCANTINS

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção de título de Graduação em Psicologia, sob orientação da Professora Dr^a. Ana Cristina Serafim da Silva.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M543v MENEZES, Kellen Cristiny Araujo.
A violência sexual contra crianças e adolescentes em Paraíso do Tocantins. / Kellen Cristiny Araujo MENEZES. – Miracema, TO, 2020.
41 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2020.
Orientadora : Ana Cristina Serafim da Silva

1. Infância e Adolescência. 2. Violência Sexual. 3. Rede de Proteção. 4. Sócio Histórica. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KELLEN CRISTINY ARAUJO MENEZES

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PARAÍSO
DO TOCANTINS

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Graduação em Psicologia, foi avaliado para obtenção de título de Graduação em Psicologia e aprovado, em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 20 / 02 / 2020.

Banca Examinadora:

Ana Cristina Serafim da Silva

Professora Dr^a. Ana Cristina Serafim da Silva – Orientadora – UFT

Cristina Vianna M. Santos

Professora Dr^a. Cristina Vianna – Examinadora - UFT

José Fernando Patino Torres

Professora Dr. José Fernando Patino Torres – Examinadora - UFT

Com imenso amor e gratidão, dedico este trabalho de conclusão de curso a minha mãe Edeilda e irmã Geisiany que, com tamanha fé, viram em mim potencial para chegar até aqui. Obrigada por sempre acreditarem no meu melhor, mesmo quando não fui capaz de enxergar, obrigada por nunca duvidarem de mim e me segurarem todas as vezes em que estive prestes a cair, por ser meu ponto de equilíbrio e por tanto amor.

AGRADECIMENTOS

A professora Dr^a. Ana Cristina Serafim da Silva pela orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso e para além disto, pelas trocas ao longo desses quatro anos de trabalho e pesquisa. Conhecê-la como profissional e sujeito, espelhou-me no sentido de perceber que profissional humana desejo ser. Cada trabalho, cada encontro, orientações e pesquisas tiveram significado ímpar em minha trajetória. A sua força, a ética, o comprometimento e paixão pela pesquisa no campo social semeia em mim essa paixão também. Obrigada por tantas orientações e importantes apontamentos, nessa relação aprendi a ser aluna, orientanda, pesquisadora, congressista, aprendi a ser ética, a comprometer-me com comunidades e com o campo social e mais que isso, aprendi a ser sensível a questões que necessitam não só da nossa prática profissional, mas de resistência.

A professora Dr^a. Cristina Vianna que prestou valiosas contribuições enquanto componente da banca examinadora deste trabalho e professora ao longo de meu percurso acadêmico, por encontrar força e potências em mim, por auxiliar-me na construção de um pensamento e posicionamento crítico, dando o suporte e segurança que eu precisava, a mim, você é sinônimo de força e comprometimento. Enfatizo que as aulas, as conversas de corredor, as reflexões críticas e *rolling play* apontaram aqui, de dentro para fora, uma mulher autêntica e empoderada que se espelha nesta que brilha em ti. Obrigada por compor essa banca e por nutrir tamanho significado em meu percurso.

Ao colegiado de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, com professores que cada um ao seu modo contribuíram imenso com meu crescimento pessoal e acadêmico.

Ao professor Dr. Carlos Rosa que com seu amor pela psicanálise despertou-me para amá-la também.

Ao professor Dr. Adriano Machado que apresentou-me a clínica psicanalítica e o trabalho com adolescentes de forma ética ainda nos períodos iniciais.

Professor Dr. José Fernando que com tanto gosto e energia, caminhou comigo em pesquisas e no incentivo a participação em eventos.

Ao professor Dr. Ladislau também pelo auxílio nessa trajetória acadêmica.

Um agradecimento especial também destino a professora Dr^a. Gláucia Rocha que, com tanto afeto, mobiliza a empatia em mim, fazendo-me perceber que a clínica demanda além da teoria adotada, um compromisso social, a sensibilidade em ti desperta o mesmo em mim.

Professora Dr^a. Jamille Luz que aquece com essa humanidade e profissionalismo e que mobiliza afetos em nossas aulas, obrigada pelo incentivo e apoio tão profissional e humano em parte desse percurso.

A professora Dr^a Carolina Pedreira pela sensibilidade no olhar ao outro e a questões sociais.

Ao professor Msc. Eduardo Breno por ensinar com tamanho amor e profissionalismo a Psicologia do Trabalho.

A professora Dr^a. Kenia Maia que em pouco tempo despertou-me também para a clínica em comunidades.

Por fim, agradeço ainda ao professor Dr. Márcio Antônio, professora Dr^a. Márcia Machado, professor Dr. Francisco por contribuírem de forma significativa no início desse percurso.

Finalizo com imensa gratidão por aprender tanto e por caminhar ao longo desses anos com companhias tão singulares, profissionais, sensíveis, humanas e éticas.

Aos meus colegas por todos os anos juntos e aos campos de pesquisa que me acolheram enquanto pesquisadora.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração deste trabalho deixo o meu sentimento de gratidão.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral caracterizar a violência sexual a partir dos dados da rede de proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente do município de Paraíso do Tocantins. Adota-se a teoria sócio histórica. Com relação ao percurso metodológico, este artigo segue uma abordagem de caráter qualitativo, utilizando-se de fichas de caracterização de dados que foram preenchidas de acordo com as informações contidas em relatórios de cada instituição. Para análise dos dados utilizou-se Análise descritiva e software *Iramuteq*. Dentre os principais resultados, no que se refere as características da violência sexual as vítimas são do sexo feminino, com prevalência de idade dos 13 aos 17 anos, sendo padrasto, pai e/ou avô os agressores que mais apareceram. Com relação aos encaminhamentos e articulação da rede, observa-se que os órgãos que mais apareceram como responsáveis foram Conselho Tutelar, CREAS e delegacia, sinalizando certo desconhecimento sobre como deve funcionar a rede no município. No que tange ao suporte organizacional, identificou-se que os atores sociais não veem como suficiente, uma vez que, pela ausência de recursos, não conseguem responder de forma satisfatória as demandas que aparecem.

Palavras chaves: Infância e adolescência. Violência sexual. Rede de proteção.

ABSTRACT

This article aims to characterize sexual violence based on data from the network for the protection and defense of the rights of children and adolescents in the city of Paraíso do Tocantins. Socio-historical theory is adopted. With regard to the methodological path, this article follows a qualitative approach, using data characterization sheets that were filled in according to the information contained in each institution's reports. For data analysis, descriptive analysis and Iramuteq software were used. Among the main results, with regard to the characteristics of sexual violence, the victims are female, with a prevalence of age from 13 to 17 years old, being the stepfather, father and / or grandfather the aggressors who most appeared. Regarding the referrals and articulation of the network, it is observed that the bodies that most appeared as responsible were the Guardianship Council, CREAS and police station, signaling a certain lack of knowledge about how the network should work in the municipality. With regard to organizational support, it was identified that the social actors do not see it as sufficient, since, due to the lack of resources, they are unable to satisfactorily respond to the demands that appear.

Keywords: Childhood and Adolescence. Sexual violence. Protection network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Nuvem de palavras para características da violência sexual.....	25
Figura 2 – Análise de similitude para características da violência sexual página.....	25
Figura 3 – Nuvem de palavras para caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede	26
Figura 4 – Análise de similitude para caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede	26
Figura 5 – Nuvem de palavras para características do suporte organizacional	27
Figura 6 – Análise de similitude para características do suporte organizacional.....	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	13
3	VIOLÊNCIA SEXUAL	16
4	REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	20
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
6	ANÁLISE DESCRITIVA E ANÁLISE A PARTIR DO SOFTWARE <i>IRAMUTEQ</i>..	24
7	RESULTADOS	25
7.1	Dados bio-sócio-demográficos	25
7.2	Características da violência sexual	25
7.3	Caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede.....	26
7.4	Características do suporte organizacional	27
8	DISCUSSÃO.....	28
8.1	Dados bio-sócio-demográficos	28
8.2	Características da violência sexual	28
8.3	Caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede.....	30
8.4	Características do suporte organizacional	31
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34
	APÊNDICES	38

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral caracterizar a violência sexual a partir dos dados da rede de proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente do município de Paraíso do Tocantins. Tem como objetivos específicos: identificar e caracterizar os tipos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes; caracterizar os encaminhamentos e a atuação das instituições no contexto da violência contra crianças e adolescentes e, ainda, caracterizar o suporte organizacional das instituições para viabilizar a promoção dos direitos desse público com relação a violência sexual.

A pesquisa é realizada no município de Paraíso do Tocantins que é uma cidade de porte médio, situada às margens da BR-153 e que, de acordo com relatórios da Polícia Rodoviária Federal (2012) encontram-se neste município, pontos suscetíveis a violência e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Assim, é possível afirmar que os dados reais não condizem com o quantitativo de dados de violência sexual contra crianças e adolescentes presente nas instituições (FALEIROS e FALEIROS, 2008; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; SILVA e ALBERTO, 2016), uma vez que nem todos são denunciados e que este é um fenômeno frequente.

Para a Psicologia, sobretudo para a Psicologia Social, esta pesquisa é de imensurável importância, uma vez que possibilita reflexão sobre temas como infância e adolescência, gênero, políticas públicas e violação de direitos, permitindo a compreensão, a partir da perspectiva sócio histórica, de que este é um fenômeno social que sempre existiu, entretanto, ganha maior visibilidade na atualidade (BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2001; VYGOTSKY, 1934; LEONTIEV, 1979; LURIA, 1977; POLITZER, 1920). A teoria crítica sócio histórica possibilita a desmistificação da visão de indivíduo como um ser abstrato, estático, imutável e unicamente biológico, uma vez que tais afirmações concebem uma ideia de indivíduos que independem de um contexto histórico, cultural e social.

É nesse sentido que, com base no materialismo histórico-dialético desenvolve-se a Psicologia Sócio histórica, com uma visão crítica e atenta enxergando o homem como um sujeito histórico e social em constante transformação (BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2001; VYGOTSKY; 1934; LEONTIEV, 1979; LURIA, 1977; POLITZER, 1920). Assim, esta teoria adequa-se a proposta da pesquisa uma vez que o olhar crítico apontado a partir dela, permite a aproximação com a temática da violência sexual como um fenômeno também social e permite, ainda, que acadêmicos e profissionais de Psicologia repensem se a teoria ou práticas da Academia alcançam aos usuários com demandas desse tipo de violação. São,

também, reflexões críticas como essas, que possibilitam análise e reformulação tanto de políticas, quanto de atuação, no sentido de atender de forma integral e eficiente vítimas e familiares, visando minimizar o sofrimento e assegurar seus direitos.

Dessa forma, é válido resgatar, inicialmente, como é construído ao longo da história o sentimento destinado atualmente a infância e em qual contexto surge a preocupação com garantia de direitos a crianças e adolescentes, a partir de uma concepção desses indivíduos como sujeitos de direitos. Em seguida, o artigo traz a conceituação da violência sexual contra crianças e adolescentes como um fenômeno social de grande incidência e aponta também a rede de proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente como modo de atuação que objetiva romper com tais violações, conforme propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Neste sentido, no que tange ao percurso metodológico, a pesquisa é realizada com dados de instituições que compõem a rede de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes de Paraíso do Tocantins, segue uma abordagem de caráter qualitativo, a partir do referencial crítico sócio histórico e para análise dos dados utilizou-se Análise descritiva e software *Iramuteq*.

2 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O conceito de infância e adolescência conhecido na contemporaneidade passou por inúmeras modificações ao longo do tempo. Ariès (1978) retrata na história que crianças e adolescentes por muito tempo foram vistos tanto como adultos em miniatura, quanto como objetos de manipulação ideológica por parte de pessoas adultas. Dessa forma, a infância longa e feliz apontada nos meios de comunicação, não era uma realidade, já que a taxa de mortalidade era muito alta e a preocupação com cuidado de crianças e adolescentes praticamente inexistiam.

Neste sentido, ao final do século XVI é admitido que esse público não estava preparado para ser inserido na vida adulta e o conceito de infância semelhante ao que se tem hoje, inicia seu momento em dois sentimentos, o primeiro é o que Ariès (1978) chama de paparicação e o segundo voltado para a educação e moral, ambos centrados na ideia de civilização da Europa na época, entretanto, o novo conceito de infância não alcançava a todas as crianças e adolescentes, uma vez que algumas eram e são até os dias de hoje, impossibilitadas de vivenciar a infância proposta devido a condições econômicas, sociais e culturais (SOUZA, 2010; BARBOSA e MAGALHÃES, 2008).

No Brasil, a realidade não é diferente, Priore (2013) aborda a história das crianças no Brasil, principalmente durante o período colonial, como um período marcado por escravidão e exploração do trabalho, violência sexual, tragédias e lutas pela sobrevivência amparadas por ações e instituições assistencialistas. De acordo com Passeti (2000), os primeiros modelos de infância foram trazidos pelos Jesuítas que evidenciaram duas representações acerca da infância; uma mística repleta de fé e outra de uma criança como modelo de Jesus. Entretanto, no século XVIII identifica-se que tais concepções não se estendem a todas as camadas, já que não enquadravam crianças órfãs, abandonadas e migrantes.

Começa então uma preocupação centrada na tentativa de acolher essas crianças e diminuir o abandono, instalando instituições chamadas de Roda dos Expostos, que era, segundo Priore (1985) uma espécie de dispositivo onde eram colocados os bebês abandonados e lá, recebiam cuidados das voluntárias. Ainda de acordo com a autora, no século XIX começa um processo de fechamento dessas Rodas, por parte de uma perspectiva higienista, que via esta forma de assistencialismo como responsável pelas mortes prematuras de crianças. É nesse contexto que a infância tem início no Brasil, com uma trajetória marcada por seguidas violações de direitos, bem como assistencialismo político e ideológico que pouco serviam para “romper” com tais violações.

Mudanças significativas só começam a acontecer a partir da Constituição Federal Brasileira (CFB, 1988). Nesse sentido, Costa e Weber (2016) apontam que até esse momento, crianças e adolescentes tinham apenas o direito à vida, abrindo espaço para inquietações acerca da qualidade desse direito, uma vez que não havia condições mínimas para existência. A Constituição Federal Brasileira (1988) abre espaço para o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, que aparece como principal instrumento que regulamenta e visa assegurar de forma integral os direitos dessa população.

É válido salientar que mesmo a partir do ECA (1990) há, na atualidade, diferentes concepções de infância, uma vez que o conceito e a forma de vivenciar esse momento depende de cada cultura, cada história e é perpassado, ainda, por questões tanto políticas, quanto econômicas e de gênero. Em geral, de acordo com alguns autores (SCOTT, 1995; LOURO, 1997; GROSSI, 1998; STOLLER, 1993; SAYÃO, 2002), crianças e adolescentes do sexo feminino vivenciam a infância de forma diferente das outras do sexo masculino em função dos papéis de gênero que são socialmente empregados sob o discurso de coisas para meninos e coisas para meninas.

A teoria crítica sócio histórica possibilita a compreensão de que o contraste econômico, cultural, histórico e social inviabiliza que crianças e adolescentes experimentem a infância descrita nos estatutos e que são propagados pela mídia (BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2001; GONÇALVES, 2002). Desde as primeiras concepções acerca da infância, têm-se falado como deve ser e como acredita-se que é esse momento, entretanto, é importante destacar que a classe marginalizada não vivencia esse período com os mesmos privilégios ou, sequer, semelhantes aos da classe média.

A partir da teoria crítica sócio histórica que desenvolve-se com base no materialismo histórico-dialético e tem como principal precursor o teórico Vygotsky (1983), é possível compreender que cada cultura e indivíduo vivenciará diferentes infâncias e adolescências, a depender do lugar que essa criança está inserida, das pessoas a sua volta, da história, da cultura e da forma como ela internaliza ou se relaciona com o mundo ao seu redor, uma vez que ao nascer, a criança já está inserida em um mundo pré-estabelecido e eminentemente social, tornando possível sua sobrevivência já que esses elementos funcionam como um localizador da criança no mundo. O autor afirma, ainda, que tais questões sociais são internalizadas a partir da mediação simbólica e dos signos, que, em um processo dialético, circulam tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro. É desse modo que o desenvolvimento humano é entendido por Vygotsky (1983), como uma construção a partir da

relação com o externo e com a forma como a subjetividade se expressa nesse processo dialético.

Assim, a teoria crítica sócio histórica rompe com a visão tradicional de indivíduo, concebendo um sujeito construtor e constructo das relações sociais e do meio, possibilitando a compreensão da violência sexual como um fenômeno social e autorizando o rompimento com a ideia de neutralidade, apatia e silenciamento da sociedade, famílias e Estado frente as demandas que emergem (BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2001).

Nesse sentido, de acordo com Alberto e Santos (2009), em muito contribui a perspectiva sócio histórica de Vygotsky (1983) sobre o desenvolvimento humano, admitindo uma nova forma de olhar crianças e adolescentes, não mais como adultos em miniatura (ARIÈS, 1978) ou com o desenvolvimento de forma linear, mas como sujeitos em construção a partir das relações sociais e com o meio cultural, histórico e social ao qual estão inseridos. Para Rabello e Passos (2006), essa nova concepção permite compreender que os sujeitos se constroem a partir de um processo dialético com o meio e com os outros, tal afirmação possibilita ter clareza das diferentes infâncias que as crianças no Brasil e no mundo vivenciam, já que esta se constituirá a partir de cada realidade.

A presente perspectiva de constituição subjetiva e de desenvolvimento da teoria sócio histórica permite afirmar, então, que há quem viva a infância conforme o prescrito e há quem não viva, as meninas em situação de Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes - ESCA, por exemplo (SILVA e ALBERTO, 2016), fazem parte desse grupo que não vivencia uma infância pautada nos documentos legais, uma vez que desde a mais tenra idade são vítimas de violência sexual.

3 VIOLÊNCIA SEXUAL

Apesar de a violência sexual aparecer em relatos históricos desde a antiguidade, é na atualidade que ganha maior visibilidade, sendo considerada tanto como um fenômeno social, quanto com um problema de saúde pública (MINAYO e SOUZA, 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS –, 2002) que se manifesta em todas as classes sociais, econômicas, culturais e históricas. Chauí (1985) afirma que violência, de modo geral, não se limita a violação ou transgressão de normas, ela expressa também a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio (OLIVEIRA e SEI, 2014).

Neste sentido, Faleiros (2000) aponta que a violência sexual também se mostra em uma relação de poder e força, onde um corpo ocupa o polo de dominação e o outro é coisificado, violado. Faleiros (2000) entende ainda que a violência sexual contra crianças e adolescentes se configura em um espaço subjetivo de segredos, silêncios e sigilos, mantidos pelo pacto do silêncio (PINHEIRO, 2007). Essa violência manifesta uma relação de poder pelo adulto ou não adulto, porém mais forte, sobre a criança e/ou adolescente, onde o abusador apropria-se e domina tanto o corpo da vítima, quanto de seus direitos, pode ocorrer com ou sem contato físico, envolvendo situações de assédio, *voyeurismo*, exibicionismo, exposição a material pornográfico, entre outros. Pode, também, ser concretizada com contato físico, envolvendo penetração genital ou anal ou toques nas regiões genitais, sexo oral e carícias (HABIGZANG e KOLLER, 2011; ROSSATO et. al., 2018).

Araújo (2002) aponta, então, que este fenômeno implica em violação de direitos, inclusive do direito à liberdade e de ser sujeito da própria história, configurando-se como toda e qualquer forma de maus-tratos, de opressão e agressão tanto no plano físico quanto no emocional, contribuindo assim, para o sofrimento e adoecimento de um sujeito. A violência sexual, para Libório e Camargo (2015) engloba tanto as situações de abuso sexual intrafamiliar, quanto extrafamiliar e não necessariamente possuem caráter comercial como acontece na exploração sexual comercial, que deixa nítida a dimensão mercantil.

É nesse sentido que Faleiros (2003) afirma que a violência sexual é uma categoria ampla que engloba todos os tipos de violações no quesito sexual, já o abuso sexual implica ultrapassagem de limites, de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, podendo ser intrafamiliar,

extrafamiliar e exploração sexual comercial, que tem início pelo viés da sedução ou barganha. De acordo com Cartilha do Ministério Público do Distrito Federal, o abuso consiste em:

[...] violação sexual homo ou heterossexual praticada por um adulto, alguém mais velho ou com maior poder em relação a uma criança ou a um adolescente, com o intuito de satisfazer-se sexualmente, valendo-se de poder ou autoridade, envolvendo-os em quaisquer atividades sexuais, tais como palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal. A criança ou o adolescente vive uma experiência sexualizada que está além de sua capacidade ou de consentir ou entender, baseada na extrapolação do limite próprio, no abuso de confiança e poder. (BRASIL, 2015, p. 9).

O abuso sexual intrafamiliar envolve relação sexual entre pessoas com alguma proximidade, parentesco ou que acreditem tê-lo. Significa afirmar que, mesmo que não consanguíneos, podem ser afetivamente considerados familiares fazendo parte do convívio da vítima (padrasto, madrasta, pai adotivo, vizinhos, amigos etc.). O CECRIA (1998, 2000) afirma que o abusador possui desenvolvimento físico e psíquico maior, o que presume detenção de poder sobre a criança ou o adolescente. De acordo com Faleiros (2003) esse tipo de violência encontra lugar no silêncio e segredo mantido a partir das relações de poder (BRASIL, 2018; DESLANDES et. al., 2016).

O abuso sexual extrafamiliar é quando ocorre fora do seio familiar, ou seja, o abusador é alguém com quem a vítima, de modo geral, não tem qualquer grau de parentesco ou afetividade (LIBÓRIO, 2005). Já a exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes, para Faleiros e Faleiros (2007), vai além do viés das relações de poder e sigilo, envolve uma troca, adentrando o processo do uso, violação e mercantilização de um corpo infanto-juvenil, a exemplo, têm-se a prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais e encontram-se ainda, além da exploração econômica e sexual, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral.

Nesse sentido, a violência sexual contra crianças e adolescente tem também um recorte de gênero, raça, classe social, econômica e cultural, assumindo diferentes características ao longo do tempo e do lugar em que acontece a violação (FALEIROS e FALEIROS, 2008; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; SILVA e ALBERTO, 2016). Há, ainda, o abuso sexual entre crianças e/ou adolescentes, ou seja, abusos que são cometidos entre as crianças e adolescentes contra crianças e adolescentes.

Com relação a violação de direitos, Faleiros (2003) afirma que a violência contra crianças e adolescentes implica diretamente em violação de direitos uma vez que fere a teoria da universalidade dos direitos humanos e os direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento,

definidos a partir da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - ECA, caracterizando-se como violência delituosa, definida no Código Penal. Segundo o ECA, em seu artigo 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

De acordo com Faleiros e Faleiros (2007), a violência, de qualquer tipo, contra crianças e adolescentes é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos. Segundo Minayo:

[...] a violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. (MINAYO, 1993, p. 13).

A violência sexual perpassa questões econômicas, sociais, geracionais, de raça e gênero. Embora crianças de todos os sexos, gêneros e idades sofram com esse tipo de violação, a estimativa maior de vítimas está em crianças e adolescentes do sexo feminino, com idade de 3 a oito anos em crianças e de 10 a 16 anos em adolescentes (HABIGZANG et. al., 2005; FALEIROS e FALEIROS, 2008; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; SILVA e ALBERTO, 2016;).

Há ainda o que aparece no saber popular como “estupro de vulnerável”, caracterizado pelo abuso sexual contra crianças nas primeiras idades e recebe esse título por influência do Código Penal Brasileiro (CPB). Desse modo, Pfeiffer e Salvagni (2005) afirmam que embora “abuso sexual” seja a nomenclatura reconhecida pelo ECA (1990) ela não faz parte do usual nas definições de crimes de natureza sexual do Código Penal Brasileiro (PINCOLINI; HUTZ; LASKOSKI., 2012).

Para além de outras questões, a violência sexual tem atravessamentos de gêneros e dos papéis sociais, da obrigação imposta sobre as meninas no servir ao outro seja com ações ou com o próprio corpo, o que implica tanto nas relações de dominação e de poder, quanto na constituição machista na qual configura-se esta sociedade centrada no patriarcado. Saffioti,

(1995 – 2004) afirma que esse fenômeno atua, sobretudo, em forma de poder e dominação regulando corpos, ações e, por vezes, direitos.

No caso da violência sexual, existe de um lado o lugar de dominação ocupado, em geral, por homens (FALEIROS e FALEIROS, 2007) que se colocam no lugar da força e poderio sobre as escolhas e sobre o corpo de alguém, nesse caso de crianças e adolescentes feito vítimas. Ressalta-se que tal fenômeno encontra respaldo nas raízes do patriarcado, que serve, de modo geral, a interesses de grupos/classes dominantes (SAFFIOTI, 2004).

As relações de dominação são estabelecidas quando um indivíduo ou grupo detém o poder de outro, sujeitando-o de forma desigual (GUARESCHI, 1996). Nesse sentido, as mulheres foram ao longo do tempo, no processo de constituição de gênero feminino/masculino colocadas como frágeis, dependentes e com o dever de servir, enquanto os homens foram mantidos no palco do poder e da força (SAFFIOTI, 2004).

Assim, Faleiros e Faleiros (2007) afirmam que dentre as principais dificuldades encontradas no enfrentamento e o combate às diversas formas de violência sexual e violação de direitos de modo geral, está no fato de que essas violações resultam, também, do envolvimento de diversos grupos que atuam em uma espécie de rede de abusadores. É visando romper com práticas que violentam, abusam e vão contra os direitos de crianças e adolescentes, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelecendo todas as diretrizes para uma atuação em rede que propõe ações amplas e eficazes em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

4 REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É possível afirmar que a preocupação com garantia de direitos de crianças e adolescentes é recente, já que passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 2000). Até esse momento havia uma desresponsabilização no que tange a atenção, proteção e defesa da população infanto-juvenil. Até a metade do século XIX, no período colonial, esse cuidado tinha caráter assistencialista e religioso destinado principalmente a crianças e adolescentes considerados abandonados ou rejeitados (PRIORE, 2013).

Neste sentido, de acordo com Priore (2013) surge no século XVIII as primeiras instituições formais conveniadas com as Santas Casas de Misericórdia que ficariam responsáveis pela atenção e “cuidado” a crianças e adolescentes, entretanto, a perspectiva era centrada no disciplinamento e dominação (SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019; SILVA e ALBERTO, 2019). Até esse período não estava em vigência nenhuma lei no sentido de garantir e assegurar direitos a população infanto-juvenil, tanto a Constituição Imperialista de 1824 quanto a Constituição Republicana de 1891, que foram as primeiras Constituições Brasileiras, omitiram-se do cuidado e proteção a essa população estabelecendo códigos apenas no sentido criminalista/corretivo para crianças e adolescentes, que até o momento eram chamadas de “menores” (RIZZINI, 2007).

A partir da década de 1970, a assistência a infância e adolescência começa a deixar um pouco do aspecto caritativo e assume um caráter mais filantrópico com a Proclamação da República em 1889, que institui as casas de correção, conselhos de assistência e proteção a “menores”, bem como os abrigos (V. P. FALEIROS, 2004; V. P. FALEIROS e FALEIROS, 2008; PRIORE, 2013).

Já no século XX (FARAJ, SIQUEIRA e ARPINI, 2016) surge uma preocupação com a infância e com quais eram suas condições em termos jurídicos, este foi então marcado pelas seguintes legislações: Código de menores de 1927 (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927), o Código de Menores de 1979 (Lei nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979) e o ECA (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990). Vale salientar que os referidos Códigos tornam a assistência e proteção da população infanto-juvenil, um papel também do Estado.

De acordo com Rizzini (2007), é somente a partir da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (BRASIL, 2000) que tais concepções acerca dessa população começam a mudar, quando o Estado sinaliza um espaço amplo e democrático para discussão acerca da infância e adolescência no Brasil, bem como os direitos a eles reservados e abre

espaço para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que foi efetivado em 23 de julho de 1990. Essa é uma importante conquista social e que mesmo hoje, depois de mais de 20 anos, sofre resistências relacionadas a sua aplicabilidade.

É possível que essa resistência esteja relacionada a um desconhecimento dos atores sociais sejam eles (as) do Estado, sociedade civil ou família, acerca das preconizações do ECA e de que sua criação implica diretamente na valorização e garantia de direitos a crianças e adolescentes, a partir da compreensão de que estes são sujeitos de direito a vida digna enquanto cidadãos em desenvolvimento (FALEIROS, 2008). Tal segurança e garantia é exposta pelo ECA (BRASIL, 1990) como um modo de trabalho em Rede no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e ao Adolescentes (SGDCA) a partir do artigo 227 da Constituição Federal e do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1988; 1990).

Assim, Rizzini (2007) afirma que o ECA descentraliza a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, tornando possível a participação da família, Estado e sociedade no acolhimento a esses sujeitos no sentido de ter suas necessidades atendidas em todos os aspectos biopsicossociais da demanda, a partir de um conjunto articulado de instituições trabalhando em uma configuração de Rede. Esse formato consta, inclusive, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (2004), que é um órgão colegiado que delibera e controla as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no país. Previsto no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

Assim, Rizzini (2007) entende que rede é um conjunto articulado da sociedade civil, família e instituições que atuam com o objetivo comum de assegurar os direitos de crianças e adolescentes e prevenir os diversos tipos de violação, incluindo a violência sexual (FARAJ, SIQUEIRA, ARPINI, 2016; AQUINO, 2004; SILVA e ALBERTO, 2019; SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019). Esse conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, rompe com as práticas assistencialistas e filantrópicas, dando origem ao Sistema de Garantia de Direitos.

Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 2011), com o princípio da integralidade e universalidade de saúde para todos e a Política Nacional de Atenção Integral a

Saúde da Criança – PNAISC (BRASIL, 2015), tem contribuições fundamentais para o trabalho em redes de proteção, caracterizando-se como uma nova forma de atenção voltada para a infância e adolescência, que visa à atuação integrada e articulada das instituições, órgãos e atores que atuam no atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias (OLIVEIRA, PFEIFFER, RIBEIRO, GOLÇALVES, e RUY, 2006), representando "o aspecto dinâmico do sistema, conformado a partir das conexões entre atores que compartilham um sentido de ação" (AQUINO, 2004).

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo. O contexto escolhido para o desenvolvimento do estudo foi Paraíso do Tocantins, que é uma cidade de porte médio localizada na região central do Tocantins e apresentava instituições que faziam parte dos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD (Defesa, Promoção e Controle). As instituições foram identificadas pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) da cidade como fazendo parte do SGD.

Das dezoito instituições identificadas como parte da rede de proteção e defesa, dez concordaram em participar da pesquisa, foram elas: CMDCA, CRAS Oeste, CRAS Pouso Alegre, CREAS, Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Adolescência, Defensoria Pública, NASF, Secretaria de Assistência Social e Diretoria Regional de Ensino. O agendamento do horário e do local dos encontros de pesquisa foi realizado por telefone com cada instituição mencionada.

Todos os encontros foram realizados no ambiente de trabalho, com um ou dois dos atores sociais de cada instituição, geralmente era gestor, coordenador, responsável pela instituição ou o ator social que tinha mais acesso/conhecimento acerca desse tipo de demanda. Utilizou-se como técnica de coleta de dados a aplicação de fichas contendo questões relativas as características e encaminhamentos sobre violência sexual no município de Paraíso do Tocantins, com questões que foram preenchidas de acordo com os dados contidos em relatórios de cada instituição.

A primeira parte da ficha versava sobre os dados bio-sócio-demográficos, e a segunda parte, foi direcionada por temas norteadores da violência sexual, número de casos, denúncias, encaminhamentos dos casos e rede de proteção. Ressalta-se que para esta pesquisa, foram adotados todos os passos determinados pela Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 17147613.7.0000.5188.

6 ANÁLISE DESCRITIVA E ANÁLISE A PARTIR DO SOFTWARE IRAMUTEQ

Para análise dos dados foi utilizado a análise descritiva e o Software *Iramuteq*, que é uma interface visual que tem como recurso o *software R* para produzir análise de texto. Desenvolvido na língua francesa por Pierre Ratinaud em 2009, atualmente este software possui um amplo dicionário em diversas línguas, o que possibilita sua utilização em diversos países, inclusive no Brasil. A partir das análises descritivas surgiram 3 categorias, são elas: Características da violência sexual; caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede e, por último, características do suporte organizacional. De acordo com Camargo e Justo (2013) o software *Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), possibilita 5 tipos diferentes de análises, que são: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras.

Neste estudo, para o processamento de dados, foi utilizado a nuvem de palavras e análise de similitude. Na nuvem de palavras, as palavras são agrupadas e organizadas graficamente de acordo com a sua frequência, o que possibilita facilmente a sua identificação, a partir de um único arquivo, denominado corpus, que reúne os textos originados pelas entrevistas; já a análise de similitude possibilitou identificar as ocorrências e o grau de conexão entre as palavras.

Inicialmente foi necessário organizar um único texto (corpus), composto pelas questões dos questionários, os quais são denominados pelo programa *Iramuteq* de segmentos de texto. O corpus é organizado por linhas de comando chamadas de "linhas de asteriscos", na qual é informado o número de identificação do texto, seguido de algumas variáveis indispensáveis para a análise.

O relatório da análise lexicográfica identificou a quantidade de palavras denominadas de "formas ativas", apresentando maior frequência no corpus textual analisado. Elas estão apresentadas nas figuras 1 e 2 de cada categoria mencionada acima, onde nota-se que as palavras são posicionadas aleatoriamente de tal forma que as palavras mais frequentes aparecem maiores que as outras, demonstrando, assim, seu destaque no corpus de análise da pesquisa.

7 RESULTADOS

7.1 Dados bio-sócio-demográficos

Sete dos dez atores sociais são do sexo feminino. As idades vão de 23 a 42 anos. Todos atuam junto a rede de proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente do município de Paraíso do Tocantins. As instituições em que atuam são: Centro de Direitos Humanos – Dom Heriberto Hermes – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, CRAS setor Oeste, CRAS setor Pouso Alegre, CREAS, Defensoria Pública, Ministério Público, NASF SEMUS, Secretaria de Assistência Social e Diretoria Regional de Ensino, nos seguintes cargos: Presidente do CMDCA, Conselheira Tutelar, três psicólogos (as), duas assistentes sociais, um Promotor de Justiça, uma coordenadora pedagógica e uma Técnica de vigilância socioassistencial. O tempo de trabalho na instituição varia de oito meses a seis anos.

Todos afirmam ter curso superior e as formações são as seguintes: três psicólogos, quatro assistentes sociais, um advogado, uma pedagoga, um especialista em educação e direitos humanos. Sobre formação para trabalhar com criança e adolescente, três afirmam que foi a graduação, um afirma que foi a especialização em direitos humanos, quatro afirmam que foram os Cursos Oferecidos pelo Estado, Leituras dos instrumentos Legais e Participação em eventos, um afirma que foi uma capacitação pelo instituto Sabin e uma afirma que não teve formação alguma para trabalhar com crianças e adolescentes.

7.2 Características da violência sexual

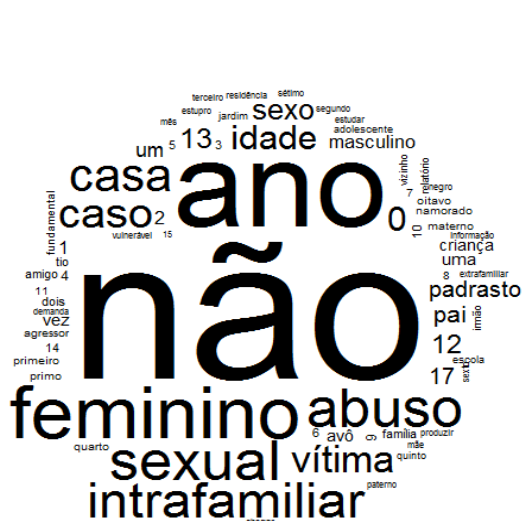


Figura 1 - Fonte: Iramuteq 2019.

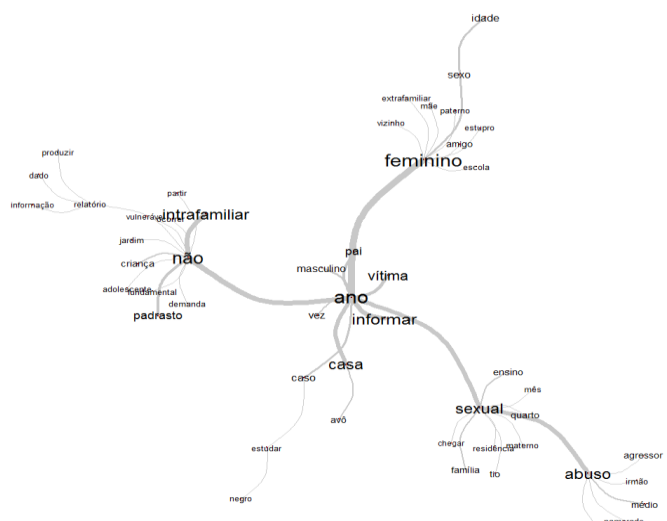


Figura 2 - Fonte: Iramuteq 2019.

A análise realizada com base nas respostas dos dez atores sociais aponta, nos blocos representados pelas palavras “abuso sexual intrafamiliar” que esta é a maior incidência de casos, sendo “padrasto, pai e/ou avô” conforme representam as palavras em negrito na análise, os agressores que mais aparecem. De acordo com os referidos blocos, em geral, a violência acontece dentro da “casa” da criança e/ou adolescente. A idade média das vítimas varia de “6 meses a 17 anos”, com prevalência de “13 anos a 17 anos”, conforme indicam as categorias em destaque, aponta ainda que, com relação ao sexo das vítimas, apesar de receberem casos de ambos sexos, a prevalência está no sexo “feminino”. O não em evidência tem relação com a resposta “não informado” dos atores sociais e diz respeito a questões como cor da vítima, escolaridade ou quanto tempo durou a violação. Os poucos atores que falam sobre a cor da vítima dizem que em geral são meninas “negras”. Um fato que chama atenção é o fato de as instituições receberem muitos casos de abuso sexual entre adolescentes e crianças, bem como casos de “estupro de vulneráveis” que é como chamam o abuso sexual contra crianças menores de 5 anos.

7.3 Caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede

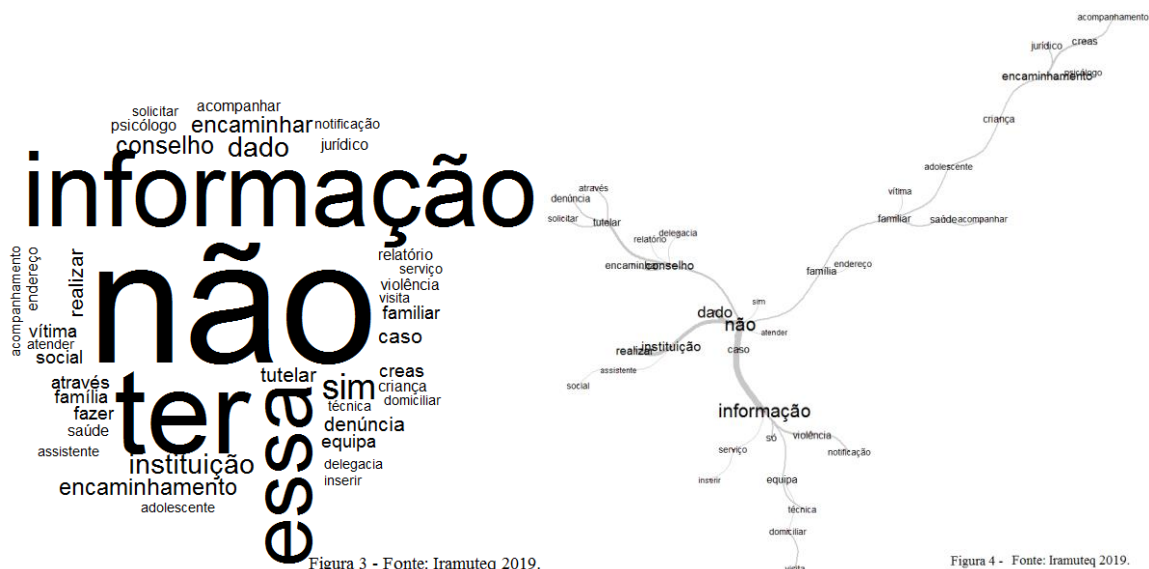


Figura 3 - Fonte: Iramuteq 2019.

Figura 4 - Fonte: Iramuteq 2019.

No que tange a esta categoria, o que mais aparece por parte da rede é no bloco “não temos essa informação” que diz respeito a questões sobre como acontece o atendimento, a duração, se esta instituição realiza profilaxia, quem faz o atendimento e se há alguma normativa institucional. O sim em evidência diz respeito ao questionamento se esta instituição elabora relatórios no sentido de acompanhar e/ou contabilizar dados relacionados a infância e

adolescência no município, também se relaciona ao fato de ter norma específica para agir em casos de abuso e violência sexual que é “encaminhar” ao “Conselho Tutelar, CREAS e delegacia”. Sobre as pessoas responsáveis pelo “atendimento”, “psicólogos, assistente sociais e profissionais do âmbito jurídico” são os que mais aparecem e dentre as principais formas de atuação estão as visitas domiciliares e assessoria jurídica.

7.4 Características do suporte organizacional

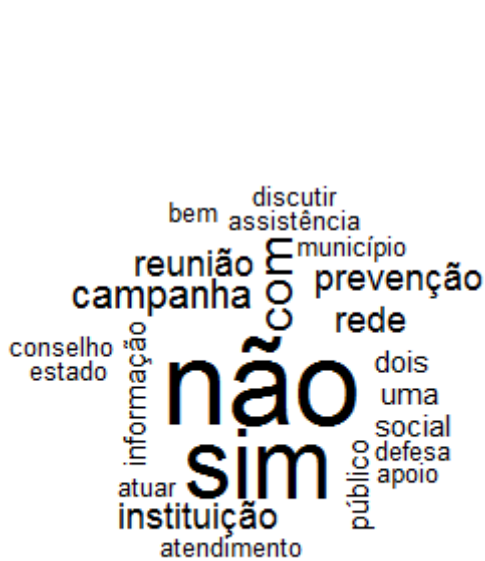


Figura 5 - Fonte: Iramuteq 2019.



Figura 6 - Fonte: Iramuteq 2019.

Sobre as características do suporte organizacional, aparece em grande quantidade que “não tem essa informação” relacionado a questões como em qual eixo do Sistema de Garantia de Direitos a instituição se encaixa e se o suporte organizacional disponibilizado pelo Estado tem atendido as demandas que chegam à instituição. O “não” também diz respeito ao que os atores sociais respondem sobre o suporte organizacional não ser suficiente para atender toda a demanda e que não tem um trabalho em “rede” no município, aqui, o que chama atenção é que um ator social afirma que não foi instalada a rede neste município. Sobre o trabalho realizado em rede, o que mais aparece são “campanhas de prevenção”. O “sim” diz respeito a questão de que esta instituição faz parte do Sistema de Garantia de Direitos previsto a partir do art 86 do ECA, o que novamente chama atenção é que um ator social afirma que não faz parte.

8 DISCUSSÃO

8.1 Dados bio-sócio-demográficos

Com relação aos dados bio-sócio-demográficos, os resultados corroboram com pesquisas anteriores (HABIGZANG et. al., 2005; SILVA, 2009; SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019) nas quais afirmam que atores sociais dessa frente, em geral, são mulheres com ou sem graduação, o que pode se dar pela própria cultura, onde as mulheres são vistas como responsáveis pelo cuidado as pessoas de modo geral e, em especial, a crianças e adolescentes. A análise aponta ainda que a idade desses (as) atores sociais tem prevalência dos 25 aos 40 anos.

8.2 Características da violência sexual

No que tange as características da violência sexual, os resultados corroboram com pesquisas anteriores (SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019; SILVA, 2009), evidenciando que, em geral, o abusador é alguém com quem a vítima tem algum contato (FALEIROS, 2003; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; SILVA e ALBERTO, 2016), frequentemente é o “pai, padrasto, tio ou avô” conforme representado pelo bloco de palavras e que para além da violação do corpo e de direitos da vítima, esse tipo de violência encontra lugar no silêncio e segredo mantido a partir das relações de poder e afetivas.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) essas características dificultam a visibilidade na esfera pública e, ainda, o acesso aos serviços de saúde, assim, é válido ressaltar que os números de casos que chegam as instituições não correspondem aos números reais, visto que alguns não são denunciados ou identificados. (DESLANDES et. al., 2016; SILVA e ALBERTO, 2016). Um fato ainda que chama atenção é a quantidade elevada de abuso sexual entre as próprias crianças e adolescentes, o que pode ser, dentre outras possibilidades, uma expressão do que essas crianças e adolescentes vivenciam em situação de abuso também (FALEIROS, 2003).

O abuso sexual caracteriza-se (FALEIROS, 2003; SAFFIOTI, 2004; BRASIL, p. 9, 2015) como violação sexual homo ou heterossexual praticada por uma pessoa adulta ou com maior poder em relação a uma criança ou a um adolescente, com o intuito de satisfazer-se sexualmente, valendo-se de poder ou autoridade, envolvendo-os em quaisquer atividades sexuais, tais como palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico,

telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal. A criança ou o adolescente vive uma experiência sexualizada que está além de sua capacidade ou de consentir ou entender, baseada na extrapolação do limite próprio, no abuso de confiança e poder.

É interessante que o “não” é a palavra de maior evidência nesta análise e diz respeito a dados não informados sobre as vítimas em situação de violência sexual, como por exemplo a raça e etnia a qual pertencem, escolaridade ou quanto tempo durou o abuso. É possível perceber que aparecem resultados relevantes sobre como é feita a coleta de dados relacionados ao abuso e violência sexual e que há, por parte de algumas instituições um distanciamento de questões importantes tanto para o mapeamento, quanto para a prevenção da violência sexual (RIZZINI et. al., 2007).

A prevalência de idade das vítimas sendo dos “13 aos 17 anos” conforme indica o bloco de palavras, corroborando com pesquisas anteriores, bem como a maior incidência ser em vítimas do “sexo feminino” também indicado pelo bloco de palavras (HABIGZANG et. al., 2005; BRASIL, 2018; SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019; FALEIROS, 2003; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995), aqui os resultados evidenciam as questões de gênero que perpassam fortemente esse tipo de violência, onde quem pratica a violência vê-se socialmente habilitado ou com maior poder para tornar objeto o corpo de outrem, nesse caso, de crianças e adolescentes (SAFFIOTI, 2004; SILVA e ALBERTO, 2016; FALEIROS, 2003).

É válido salientar que aparecem vítimas do sexo masculino e que a estes, deve ser dado visibilidade já que, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), os papéis de gênero operam, também, de modo a fazer com que a mulher ocupe o lugar da vítima, por ser maior incidência e o homem, o lugar do agressor no imaginário social, o que pode trazer dificuldades, preconceitos e/ou problemas para a identificação de homens/meninos como vítimas.

Nesta categoria, o que sobressai é a questão de idade e do gênero, Saffioti e Almeida (1995) afirmam que, com relação a idade, o que está envolto é a regra da autoridade determinando domínio do mais forte (adulto) sobre o mais fraco (criança/adolescente) vítima, (SCOTT, 1995; LOURO, 1997; GROSSI, 1998; STOLLER, 1993; SAYÃO, 2002), enquanto que a de gênero, regula as relações entre homens e mulheres, evidenciando a obrigação imposta pelos papéis de gênero sobre as meninas no servir ao outro até mesmo com o corpo, resultando em violências pautadas tanto nas relações de dominação e de poder, quanto na constituição machista na qual configura-se esta sociedade patriarcal.

8.3 Caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede

Com relação a caracterização dos encaminhamentos e articulação da rede, é possível perceber com o bloco “não” que as instituições possuem poucas informações sobre os atendimentos, normativas e encaminhamentos das violações, já o bloco “sim” apesar de trazer afirmativas relevantes com relação a contabilização dos dados, evidencia uma divergência entre as informações prestadas, uma vez que mesmo as instituições que afirmam ter relatórios, não apresenta estes quando são solicitados e muito pouco tem guardado sobre os casos que passaram pelo órgão, justificando que de modo geral, os casos que recebem logo são encaminhados para outra instituição e que nenhum documento é produzido afim de manter arquivadas as demandas (CONANDA, 2004; FARAJ, SIQUEIRA e ARPINI, 2016; MINAYO, 1993; OLIVEIRA et. al., 2006; RIZZINI, 2007; SILVA e ALBERTO, 2019). É válido salientar que apesar de apontarem que são feitos os devidos encaminhamentos, os dados evidenciam que as informações não passam de um setor para outro e, menos ainda, para outras instituições, o que pode prejudicar o atendimento as vítimas.

Dessa forma, é possível afirmar com base na análise do bloco de palavras “não” “ter” “informação” que há um desconhecimento por parte dos atores sociais sobre como devem acontecer os atendimentos, quais são os encaminhamentos possíveis e quais informações são necessárias (FARAJ, SIQUEIRA e ARPINI, 2016; MINAYO, 1993; OLIVEIRA et. al., 2006; RIZZINI, 2007). Os dados representados pelo bloco “não ter informação” apontam ainda que algumas instituições adotam o viés da desresponsabilização sobre a demanda, por não saber qual é o papel da instituição ou ainda, pela não articulação da equipe. O que resulta em um trabalho diferente daquele proposto pelo ECA (BRASIL, 1990) e que Rizzini (2007) descreve como um conjunto articulado de profissionais e instituições atuando no sentido de atender crianças, adolescentes e suas famílias vítimas de violência e abuso sexual em todas as suas necessidades biopsicossociais.

A fragmentação da rede evidenciada nesta análise, pode ser entendida a partir da história das políticas públicas no país, onde o cuidado e atenção de crianças e adolescentes era de caráter assistencialista, não se tinha clareza sobre quais eram os direitos dessa população e quem deveria assegurá-los (DEL PRIORE, 2013; SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019; SILVA e ALBERTO, 2019; RIZZINI, 2007). Não estavam em vigência leis no sentido de garantir e assegurar direitos a população infanto-juvenil, então restava as instituições formais conveniadas com as Santas Casas de Misericórdia a tarefa de desenvolver essa atenção e “cuidado”, em virtude da desresponsabilização tanto do Estado quanto da

sociedade civil e famílias. Atualmente, mesmo com a existência de leis e estatutos regulamentando a garantia de direitos, a prática, em muitos casos, como aponta o bloco “não” desta análise, assemelha-se ao passado no que se refere ao despreparo e desresponsabilização de alguns atores sociais e instituições.

8.4 Características do suporte organizacional

Essa categoria também evidencia, a partir dos blocos “não”, “rede” e “instituição”, o desconhecimento da rede sobre quais são as suas funções, sobre o que é Rede e como está o suporte organizacional disponibilizado pelo Estado (HABIGZANG et. al., 2005; BRASIL, 2018; SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2019; FALEIROS, 2003; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Nesta categoria chama atenção a percepção que alguns atores sociais têm de que Rede seria uma espécie de “conduta material” conforme resposta de ator social, ou algo palpável, como se fosse uma instituição em si que pudesse nortear o trabalho, quando, na verdade, é um modo de funcionamento, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990; SIQUEIRA e ARPINI, 2016; MINAYO, 1993; OLIVEIRA et. al., 2006; RIZZINI, 2007; SILVA e ALBERTO, 2019) que visa o atendimento eficiente e integral as vítimas e suas famílias.

É notório, para além da insuficiência do suporte organizacional, a necessidade de fortalecimento do diálogo intersetorial para consolidação e revisão de fluxos e protocolos (SILVA e MENEZES, 2017; SILVA e MENEZES, 2018; SILVA e MENEZES, 2019; DESLANDES et. al., 2016), evitando fragmentação da atenção, desperdício de tempo e mais sofrimento às famílias, visto que os dados apontam, a partir dos blocos “sim” “campanha” “prevenção” e “com”, que até este momento o trabalho em rede atua de forma rasa com pequenas reuniões ao ano no sentido de pensar ações preventivas de campanhas pontuais como mês de enfrentamento ao trabalho infanto-juvenil e exploração sexual comercial.

Esta categoria possibilita, a partir da perspectiva crítica sócio histórica (BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2001), a compreensão de que se faz necessário entender que ainda hoje essa rede é percebida pelos próprios atores sociais como um trabalho pontual, da mesma forma que acontecia antes da estruturação do ECA (BRASIL, 1990). Os dados apontam ainda que é ineficaz a atenção que o suporte municipal em Paraíso do Tocantins destina aos setores dessa frente de trabalho, fato este que convida estudantes, atores sociais e pesquisadores a repensar a dinâmica de trabalho em rede realizada no município de modo a estabelecer uma atenção tanto preventiva, quanto interventiva e de controle.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais resultados percebeu-se, com relação as características da violência sexual, que as vítimas são do sexo feminino, com prevalência de idade dos 13 aos 17 anos, sendo padrasto, pai e/ou avô os agressores que mais aparecem. Com relação aos encaminhamentos e articulação da rede, observa-se que os órgãos que mais aparecem como responsáveis são Conselho Tutelar, CREAS e delegacia, sinalizando certo desconhecimento sobre como deve funcionar a rede no município. No que tange ao suporte organizacional, identifica-se que os atores sociais não veem como suficiente, uma vez que, pela ausência de recursos, não conseguem responder de forma satisfatória as demandas que aparecem.

Os resultados apontam ainda que, apesar de a Rede na cidade de Paraíso do Tocantins ser completa, o trabalho não é desenvolvido conforme orientam os instrumentos legais para este tipo de atuação, há um forte desconhecimento por parte dos atores sociais. Assim faz-se necessário um investimento por parte do município tanto em fiscalização, quanto em formas de levar o conhecimento necessário para que esses atores sociais prestem um trabalho que atenda aos casos em todos os níveis e especificidades da demanda.

Nesse sentido, perceber os referidos resultados desta pesquisa a partir do olhar sócio histórico possibilita a compreensão de que o fenômeno da violência sexual perpassa questões biopsicossociais, além de históricas e culturais, que sofre inúmeras modificações ao longo do tempo e recebe, na atualidade, maior visibilidade. A temática abordada neste estudo é de grande relevância também para a Psicologia, uma vez que convida profissionais e futuros profissionais, bem como o ensino na academia a pensar criticamente, de modo que construam uma ciência que alcance esses usuários reformulando e promovendo políticas públicas com atendimentos e encaminhamentos mais sensíveis, humanos e eficientes visando a minimização do sofrimento das vítimas e familiares.

Enquanto formanda do curso de Psicologia de uma Universidade pública, situada no interior do Tocantins, percebo o quanto esse curso potencializa em nós, acadêmicos, um senso crítico no que tange as mazelas sociais. Nesse sentido, ir a campo durante a pesquisa e me deparar com a gravidade dos casos de violência e abusos sexual me inquieta, mas o que me choca, de fato, é ver uma rede que deveria ser de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes tão frágil e fragmentada no que tange ao suporte organizacional e a própria dinâmica de “funcionamento” ou não funcionamento estabelecida entre atores sociais.

Dessa forma, a presente pesquisa que, poderia paralisar-me com esses dados, me convida a ser persistência e resistência frente a demanda, aos resultados e, sobretudo, as

políticas públicas, entendendo que para me aproximar tecendo possibilidades de respostas ou soluções a este problema que é social, preciso conhecê-lo não só com o olhar do saber comum, mas com o olhar científico e crítico que a pesquisa me possibilita.

Assim, faz-se necessário pensar e repensar, a partir dos resultados apontados neste trabalho, a devolutiva que se faz ao município de Paraíso do Tocantins sobre como tem acontecido o amparo aos casos de abuso e violência sexual e, ainda, o que pode ser feito frente a essa rede para que o trabalho aconteça de forma eficaz, com suporte necessário e profissionais que saibam como lidar com a demanda e encaminhamentos ocupando o lugar de ator social que hoje ocupam.

Por fim, esta é uma pesquisa que contribuirá para um melhor conhecimento acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de Paraíso do Tocantins, de forma a produzir conhecimento sobre a temática possibilitando que o município elabore políticas mais abrangentes e ao mesmo tempo, mais eficazes, à medida que terão informações compiladas e trabalhadas cientificamente.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M.F.P e SANTOS, D.P. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, 16 (2), 209-218, 2009.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

AQUINO, L. M. C. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: A experiência em nove municípios. In E. R. A. da Silva (Ed.), **O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa EA, 2004. p. 325-365.

BARBOSA, Analedy Amorim, MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. **Revista EXAMAPAKU**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais - v. 1, n. 1 (2008). Disponível em: <https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1456/1050>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

BR-153 integra rota de exploração sexual. Recuperado em 02 de março de 2012, de <http://www.estradas.com.br/new2/materia.asp?id=9188>.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento [...], e dá outras providências. 2011a. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm>. Acesso em: 19 de outubro 2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 19 de outubro 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>

Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

_____. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Cartilha sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília: 2015. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violencia_contra_crianças_adolescentes_web.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

_____. **Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2015. Disponível em: <http://www.prosaude.org.br/2013/legislacao_2013/Legislacao_Textos/Portaria%20N.%201130%20_%2005082015.pdf>. Acesso em: 19 de outubro 2019.

_____. **Lei Federal 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. (1940, 7 de dezembro). Código Penal. Acesso em 14 de outubro de 2019, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848.htm

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CONANDA. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência**. Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. ABMP/UNICEF, versão 1.12, edição I, julho de 2004.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; WEBER, Nicole Garske. A Infância Fora do Sistema: Os Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes Refugiados, sua Vulnerabilidade ante o Tráfico Internacional de Pessoas e a Responsabilidade dos Estados. **Revista do XIII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/16038/3928>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

DESLANDES, S.F.; VIEIRA, L. J. E. S.; CAVALCANTI, L.F.; SILVA, R. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. **Comunicação Saúde Educação**, 20 (59): 865-77. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000400865. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

FALEIROS, V. P. Infância e adolescência: Trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. Revista Agora: **Políticas Públicas e Serviço Social**, 1(1), 1-9, 2004.

FALEIROS, V. P., e FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FARAJ, S. P., SIQUEIRA, A. C., e ARPINI, D. M. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas em Psicologia**, 24 (2), 727-741, 2016. doi: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-18>

GONÇALVES, M. da G. M. (2002). A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: o debate pós-moderno. In Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. & Furtado, O. (orgs). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropologia em la mão, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

HABIGZANG, L.F.; KOLLER, S.H. **Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual**: manual de capacitação profissional. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011. 125 p.

HABIGZANG, L.F.; KOLLER, S.H.; AZEVEDO, GA.; MACHADO, P.X. 2005. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 21 (3):341-348. <https://doi.org/10.1590/S010237722005000300011>

LOURO, Guacira. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATTANI, Denise et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**. Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 10 (Suplemento 1), 1993. pp. 07-18.

OLIVEIRA, V. L. A., PFEIFFER, L., RIBEIRO, C. R., GOLÇALVES, M. T., e Ruy, I. A. E. Redes de Proteção: Novo paradigma de atuação - experiência de Curitiba. In C. A. Lima (Ed.), **Violência faz mal à saúde** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. p. 143-149.

OLIVEIRA, M.D; SEI, M. B. **Abuso sexual e as contribuições da psicologia no âmbito judiciário**. Barbarói: 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/3732>. Acesso em: 07 de novembro de 2019.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RABELLO, E; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro, 2006.

RIZZINI, I., RIZZINI, I., NAIFF, I., e BAPTISTA, R. (Eds.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direitos a convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

ROSSATO, L.; BARROSO, S. M.; SANTEIRO, T. V.; COMIN, F. S. Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infanto-juvenil: revisão integrativa da literatura. **Contextos Clínicos**, 11 (3): p. 297-309, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; ALMEIDA, S. **Violência de gênero, poder e impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter; 1995.

SAYÃO, Deborah Thomé. A construção da identidade e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar a prática pedagógica da educação infantil. **Pensar a Prática**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v. 5, p. 1-14, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

MENEZES, K. C. A; SILVA, A. C. S. da. Violência sexual no Tocantins: a atuação da rede de proteção. **Humanidades e Inovação**. Política Social e regressões sociais no Brasil: dilemas e desafios. Palmas Tocantins, v. 6 n. 17, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1964>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A. **Violência Sexual no Tocantins: a atuação da Rede de Proteção da cidade de Miracema**. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância e Adolescência- GEPIA, 2017. (não publicado).

SILVA, A. C. S. da., MENEZES, K. C. A. **Exploração sexual comercial no Tocantins**. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância e Adolescência- GEPIA, 2018. (não publicado).

_____; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: A vivência subjetiva do corpo. **Psicologia em Revista** (Online), v. 22, p. 69-89, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttextepid=S1677-11682016000100006. Acesso em 07 de novembro de 2019.

_____; _____. Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. **Psicol. cienc. prof.**, 2019, vol.39. ISSN 1414-9893. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S1414-98932019000100124eIng=ptenrm=iso. Acesso em 07 de novembro de 2019.

_____. **Meninas, exploração sexual comercial, corpo e subjetividade**. Orientador: Maria de Fátima Pereira Alberto. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Estudante, João Pessoa, 2009.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e feminilidade (apresentações de gênero)**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

APÊNDICE 1 - CARTA DE APRESENTAÇÃO/AUTORIZAÇÃO

APÊNDICE 2 - FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE DADOS

APÊNDICE 1 - CARTA DE APRESENTAÇÃO/AUTORIZAÇÃO



CAMPUS DE MIRACEMA

GRUPO DE PESQUISA E ESTUDO E SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS DE MIRACEMA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa tem como título "O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de dados da rede de proteção dos direitos da criança e adolescente de Paraisópolis do Tocantins" e está sendo desenvolvida por KELLEN CRISTINY ARAUJO MENEZES, aluna do curso de graduação de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, sob a orientação da Professora ANA CRISTINA SERAFIM DA SILVA.

A importância desta pesquisa está no fato de que Paraisópolis do Tocantins é uma cidade de porte médio situada as margens da BR-153 e que, de acordo com Relatórios da Polícia Rodoviária Federal, encontram-se neste município pontos suscetíveis a violência e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. A pesquisa trará um retorno a todas as instituições que participarem, o que permite que o município possa elaborar políticas mais abrangentes e ao mesmo tempo mais eficazes, à medida que terão informações compiladas e trabalhadas cientificamente.

Dessa forma, objetivo geral deste estudo é caracterizar a violência sexual a partir dos dados da rede de Proteção e Apoio dos direitos da criança e adolescentes de Paraisópolis do Tocantins.

Têm como objetivos específicos: Identificar os tipos de violências praticadas contra crianças e adolescentes, bem como suas características; identificar os encaminhamentos a partir de cada órgão de proteção e apoio; caracterizar os encaminhamentos e a atuação das instituições no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes; caracterizar o suporte organizacional das instituições para viabilizar a promoção dos direitos da criança e do adolescente com relação a violência sexual.

A finalidade deste trabalho é contribuir para um melhor conhecimento acerca da Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de Paraisópolis do Tocantins, de forma a produzir conhecimento sobre a temática. Assim, solicitamos sua autorização, para acessar os documentos da instituição que contém informações referentes a esses objetivos e informações ainda sobre denúncias e demandas que chegam nesta instituição, podendo posteriormente oferecer uma devolutiva da pesquisa para este órgão.

É importante ressaltar que as informações colhidas serão tratadas com confidencialidade e que para esta pesquisa, foram adotados todos os passos determinados pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa em seres humanos. Com aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 17147613.7.0000.5188.

Assim, a solicitação das pesquisadoras para acesso as informações pauta-se na Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Ademais, as pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contatar as pesquisadoras responsáveis:

ANA CRISTINA SERAFIM DA SILVA
Telefone: (63) 98114-4161
E-mail: anacris_serafim@uft.edu.br

KELLEN CRISTINY ARAUJO MENEZES
Telefone: (63) 99269-5093
E-mail: kellen.menezes@mail.uft.edu.br

Ana Cristina Serafim da Silva
Endereço: Av. Lourdes Solino, s/n, Setor Universitário, Miracema-TO.
anacris_serafim@mail.uft.edu.br

Kellen Cristiny Araujo Menezes
Endereço: Av. Lourdes Solino, s/n, Setor Universitário, Miracema-TO.
kellen.menezes@mail.uft.edu.br

Esta é uma carta de autorização para acessar dados da instituição. Foi informado (a) de que esta instituição é livre para decidir participar ou não da pesquisa acima descrita e que esta não oferece risco algum com relação ao sigilo dos casos e da instituição. Ao assinar, concordo em participar, como ator social, do estudo acima mencionado. Estou ciente de que os dados, no seu conjunto, só poderão ser utilizados para fins acadêmicos e científicos.

Nome completo do (a) coordenador (a) / responsável pela instituição

_____, 2019

APÊNDICE 2 - FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE DADOS



CAMPUS DE MIRACEMA
GRUPO DE PESQUISA E ESTUDO SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

QUESTIONÁRIO – Instituições do Sistema de Garantia de Direitos

As informações colhidas serão tratadas com confidencialidade.

DADOS

Município em que atua:

Instituição:

Eixo:

Função:

1. De acordo com os relatórios, quantos e quais tipos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes já chegaram a esta instituição?

Abuso sexual intrafamiliar:

Período:

Agressor:

Cor:

Escolaridade:

Deficiência:

Idade:

Lugar:

Durante quanto tempo:

Sexo da vítima:

- 1.1- Como essas características foram percebidas? (denúncia, conversa com a vítima, etc...)

2. Como acontece o atendimento?

2.1 Duração:

2.2 Profilaxia:

2.3 Quem faz o atendimento:

2.4 Normativa institucional:

2.5 Norma específica para agir em casos de abuso e violência sexual:

2.6 Outro:

- 3- Esta instituição tem procedimentos específicos para notificar a violência sexual contra crianças e adolescentes?

() Sim

Quais normas ou procedimentos?

() Não

- 4- Que informações devem ser fornecidas ao se fazer uma denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes?

- 5- Como foram detectados os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos anos?

- 6- Que medidas de acompanhamento são tomadas por esta instituição ao se identificar uma vítima de violência sexual contra crianças e adolescentes e ao se apresentar uma denúncia?

- 7- Quem são as pessoas responsáveis pelo acompanhamento?

- 8- Esta instituição faz parte do Sistema de Garantia de Direitos previsto a partir do art. 86 do ECA?

() Sim

() Não 8.1- Em qual eixo:

- 9- Existe um trabalho em Rede no Município? Qual trabalho é feito junto à Rede?

- 10- Esta instituição elabora relatórios no sentido de acompanhar e/ou contabilizar dados relacionados a infância e adolescência no município?

- 11- Em média, quantas reuniões acontecem entre os órgãos da rede por mês incluindo esta instituição?

- 12- O suporte organizacional disponibilizado pelo Estado tem atendido as demandas que chegam à instituição? Como?

- 13- Questões sobre a instituição: